



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 12, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 12 - CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Editor(es) responsável(es): Valéria Anahí da Silva, Bernard Charlot

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.12.03>

Recebido em: 07/08/2020

Aprovado em: 09/08/2020

A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: um estudo sobre o processo de construção numa escola municipal de Coronel João Sá, Bahia; THE IMPORTANCE OF THE PEDAGOGUE IN THE CONSTRUCTION OF THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT: a study on the construction process in a municipal school in Coronel João Sá, Bahia; LA IMPORTANCIA DEL PEDAGOGA EN LA CONSTRUCCIÓN DEL PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO: un estudio sobre el proceso de construcción en una escuela municipal en Coronel João Sá, Bahia.

ANA MARIA DIAS DA COSTA
<https://orcid.org/0000-0002-5582-9719>

ELISSANDRA SILVA SANTOS
<https://orcid.org/0000-0002-9302-1956>

RESUMO

Esse artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso e tem como objetivo analisar o papel do pedagogo na construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) em uma escola. Metodologicamente, o campo de pesquisa é o Colégio Municipal Coronel João Sá (Bahia) e sujeitos desta a direção, coordenação, professores e funcionários que foram analisados sob os fundamentos teóricos de Veiga (2012); Santiago (2012); Souza (2012) e Rezende (2012). Como resultados, esse estudo tem como relevância levantar a discussão sobre a importância do pedagogo durante o processo de construção e implementação do PPP confirmando a importância da valorização do profissional de pedagogia para coordenar essa construção.

Palavras-chaves: Projeto Político Pedagógico. Pedagogo na construção do Projeto Político Pedagógico. Colégio Municipal Coronel João Sá

ABSTRACT

This article is the result of the Course Completion Work and aims to analyze the role of the pedagogue in the construction of a Political-Pedagogical Project (PPP) in a school. Methodologically, the research field is the Municipal College Coronel João Sá (Bahia) and subjects of this the direction, coordination, professors and employees that were analyzed under the theoretical foundations of Veiga (2012); Santiago (2012); Souza (2012) and Rezende (2012). As a result, this study has the relevance of raising the discussion about the importance of the pedagogue during the process of building and implementing the PPP, confirming the importance of valuing the pedagogical professional to coordinate this construction.

Keywords: Pedagogical Political Project. Pedagogue in the construction of the Pedagogical Political Project. Municipal School Coronel João Sá

RESUMEN

Este artículo es el resultado del Trabajo de Finalización del Curso y tiene como objetivo analizar el papel del pedagogo en la construcción de un Proyecto Político-Pedagógico (PPP) en una escuela. Metodológicamente, el campo de investigación es el Colegio Municipal Coronel João Sá (Bahía) y sujetos de este la dirección, coordinación, profesores y empleados que fueron analizados bajo los fundamentos teóricos de Veiga (2012); Santiago (2012); Souza (2012) y Rezende (2012). Como resultado, este estudio tiene la relevancia de plantear la discusión sobre la importancia del pedagogo durante el proceso de construcción e implementación del PPP, confirmando la importancia de valorar al profesional pedagógico para coordinar esta construcción.

Palabras clave: Proyecto Político Pedagógico. Pedagogo en la construcción del Proyecto Político Pedagógico. Escuela Municipal Coronel João Sá.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto político-pedagógico (PPP) é um conjunto de elementos que orientam as ações pedagógicas. É um projeto porque nasce de um sonho em busca de uma realização; é político porque precisa ser construído de forma comunitária; e pedagógico porque define e organiza atividades e ações pedagógicas para a realização de autonomia da escola em atividades educativas. Enfim, é a “alma da escola”, pois é o PPP que norteia quais os eventos irá acontecer na instituição e quais os eventos podem acontecer diante de algum problema, por exemplo, como forma de intervenção, o que um docente pode fazer para possibilitar a igualdade, liberdade, participação de um discente em uma instituição escolar e o envolvimento da comunidade escolar como um todo. Sendo assim um projeto flexível que vai acontecer diante do que é preciso em uma escola, sendo pública, particular, de periferia ou não, seja ela qual for. Os professores precisam estar ativos e atuantes diante de todo envolvimento na construção e implementação de um projeto político-pedagógico, pois são os professores que irão colocá-lo em prática, juntamente com a comunidade escolar.

O PPP precisa ter algumas partes indispensáveis: como caracterização da escola, quantas salas tem, equipe diretiva, administrativa, professores, missão da escola que é o tipo de aluno que a escola deseja formar para a sociedade, plano de ação e projetos, os planos que os professores utilizam em sala de aula, projetos para a participação externa e interna da escola, enfim, assim percebe-se o que realmente está se colocando em prática na escola.

O coordenador pedagógico tem como função ser um líder e coordenar as reuniões que irão acontecer para essa construção do PPP e idealização da escola, para que ocorra de forma comunitária e que todos possam colaborar de forma positiva para a implementação do projeto político pedagógico.

É preciso que toda gestão diretiva perceba que toda instituição tenha um PPP, percebendo suas singularidades particulares e sociais, que não considere o projeto político-pedagógico apenas como um “documento” de muitos papéis aprisionado em uma gaveta qualquer de uma mesa da escola, que apenas não copiem de outras escolas para que apenas cumpram como lei e seja entregue na secretaria de educação do município. É preciso que construam de forma coletiva, participativa e conjunta tendo a participação de todos fazendo com que a escola tenha sua autonomia na realização de projetos e tendo como direção uma gestão democrática incluindo a participação dos pais e que esta não seja apenas quando existir eventos na escola, mas que entendam esse processo e qual a importância da participação deles no PPP para a escola de seus filhos.

A curiosidade de pesquisar sobre o tema foi a partir da minha experiência de estágio em Administração Escolar, justificando assim também a escolha da mesma escola onde fiz o estágio, pois a minha comunicação e conhecimento do campo e sujeitos da instituição levantou a seguinte questão de pesquisa: qual a função e importância do pedagogo na construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP)?

Nesse sentido, com vistas a responder tal questão, delimitamos como objetivo geral analisar o papel do pedagogo na construção de um PPP, e que, para tanto, buscamos os seguintes objetivos específicos: 1) verificar a relação entre a formação escolar e a prática pedagógica dos profissionais da educação envolvidas na construção do PPP; 2) acompanhar como se deu a construção do PPP na escola municipal Coronel João Sá, Bahia; e 3) destacar o pedagogo como profissional da educação mais qualificado para coordenar todo o processo de construção e implementação do PPP.

Para tanto, no sentido de nos nortear nessa empreitada, tivemos como objetivo responder às seguintes questões norteadoras: a) como a formação coordenador pedagógico interfere na construção do PPP?; b) como se dá a construção de um PPP sem um pedagogo à frente? e c) como o pedagogo pode contribuir de forma eficaz na construção do PPP?

Nessa perspectiva, esta pesquisa é do tipo estudo de caso, e metodologicamente, teve como campo de

pesquisa a escola pública “Colégio Municipal Coronel João Sá” e como sujeitos a direção, coordenação e professores. Como instrumentos, utilizamos questionários fechados e o Relatório do Estágio Supervisionado em Administração Escolar e também o próprio PPP da escola. Nesta pesquisa não incluímos os alunos nem comunidade escolar porque neste momento nos interessou ouvir os profissionais que entendem a relação entre profissionalização docente e construção do Projeto Político-Pedagógico. Além disso, também pela dificuldade de acesso aos alunos e respectivos pais.

Sobre pensar o Pedagogo como profissional qualificado para coordenar tal construção do PPP entendemos ser a Pedagogia uma área de conhecimento, uma ciência que tem como objetivos trabalhar em ação coletiva, considerando diferentes dimensões da sociedade para promover a construção da identidade dos envolvidos não só no processo específico de ensino-aprendizagem, mas também no processo pedagógico mais amplo voltado para a missão de uma instituição escolar, bem como na transformação da sociedade.

É neste contexto que a Pedagogia se apresenta como “um campo de conhecimentos que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade” (LIBÂNEO, 2005, p. 24), e assim estando atrelada com a formação dos indivíduos e suas intenções, visando prepará-los para a vida social e assim cumprir seu papel para a melhoria da educação em sociedade. Neste sentido, a Pedagogia é concebida como um campo do conhecimento que se ocupa do estudo da educação, do ato educativo, da prática educativa, como parte da atividade humana, e diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo (LIBÂNEO, 2005), que permeia toda a prática docente do profissional da educação.

É necessário salientar, ainda, que a Pedagogia não pode ser reduzida ao ensino e nem somente as metodologias, se faz importante entendê-la como processo social, ou seja, um conjunto de diversas aprendizagens e práticas que permeiam a sociedade, devendo ser observada e valorizada, passando por diferentes âmbitos da materialidade profissional e por seus fenômenos educativos (LIBÂNEO, 2005). Nesse contexto, a formação do pedagogo é ampla dando suporte teórico e prático para atuação e participar em vários setores na escola, podendo operar na gestão escolar, supervisão e coordenação pedagógica no âmbito escolar, na pesquisa educacional, na definição de políticas públicas educacionais, em movimentos sociais (LIBÂNEO, 2005).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Enveredar pela compreensão do projeto pedagógico como instrumento de políticas públicas alicerçadas no discurso do planejamento estratégico – empresarial implica analisar os principais pressupostos que embasam sua concepção. Assim, a construção do projeto político – pedagógico anda a par com “a reconstituição do campo do poder dentro das escolas”, entendido este enquanto espaço de jogo no interior do qual novos atores lutam pelo poder sobre a nova especialização de funções e a interpretação regulada dos instrumentos de diagnóstico e avaliação “ (VEIGA apud Gomes, 1996, p. 98). Isso significa dizer que as políticas públicas, ao criarem indicadores de desempenho das escolas, acabam por transformá-los em referenciais para o diagnóstico prévio e para a avaliação dos seus resultados. Assim, o projeto é concebido como um instrumento de controle, por estar atrelado a uma multiplicidade de mecanismos operacionais, de técnicas, de manobras e estratégias que emanam de vários centros de decisões e de diferentes atores (VEIGA, 2012, 46-47). Em conformidade com o autor, o projeto é idealizado como um meio de controle, por estar ligado a uma variedade de procedimentos operacionais, e inteiramente por estratégias que procedem de vários a partir de um ponto central de deliberações e de diferentes atores.

O processo de planejamento estratégico visa à criação de uma estrutura que garanta a elaboração e a implementação do plano de desenvolvimento da escola. Veiga *apud* Xavier e Sobrinho (1999) sugere

a seguinte estrutura: grupo de sistematização do plano de desenvolvimento da escola; comitê estratégico; coordenador do plano de desenvolvimento da escola; líderes dos objetivos estratégicos; gerentes das metas de melhoria; equipes dos planos de ação. Esse tipo de estrutura é construído numa “obrigação política vertical professor – direção – Estado e não numa colaboração voluntária cidadão-cidadão fundadora de uma verdadeira federação de esforços participativos (GOMES, 1996, p. 102, grifos nossos). Essa estrutura preconiza que o trabalho dos especialistas esteja separado, no tempo e na posição funcional do trabalho dos professores, aumentando assim a distância entre atos e consequências (VEIGA, 2012, p.49,50). Conforme o autor expõe é preciso que tenha um processo de elaboração de estratégias para que confirme uma proposta de desenvolvimento na escola, essas estratégias contribuem na organização e planejamento.

A orientação geral é bem clara: fortalecer a autonomia da escola de acordo com o artigo 15 da lei 9.394/96. Nesse sentido, o planejamento estratégico da escola, ao ampliar e fortalecer os mecanismos de regulação, controle de avaliação dessa escola. A concepção de autonomia está fundada em propósitos homogeneizadores, definidos pelos diferentes líderes da tecnoestrutura.

A construção da gestão democrática não passa pela garantia da participação de todos os segmentos nas decisões e nos encaminhamentos necessários à consecução das finalidades do projeto político-pedagógico, de acordo com o artigo 14, incisos I e II da LDB 9.394/96. Fica evidente que o planejamento estratégico fere a própria LDB quanto aos princípios definidores da gestão democrática de ensino público, ratificadas pelo inciso VI do artigo 206 da constituição Federal (VEIGA, 2012, p.52). Conforme o autor, o artigo 15 da lei 9.394/96 ele apoia o fortalecimento e a autonomia da instituição, neste seguimento com os planejamentos estratégicos, fortalecimentos e controle de avaliações, assim a idealização de autonomia auxilia na organização e construção de uma gestão democrática, certificando a participação de todos nas finalidades do projeto político-pedagógico.

É fundamental que o PPP seja elaborado em consonância com a nova Base BNCC (Base Nacional Comum Curricular), dando ênfase o protagonismo pedagógico do século XXI, contemplando a sociedade da informação e comunicação, presentes nas dez competências gerais apresentadas na BNCC, como direito de aprendizagem; com ferramentas e estratégias tecnológicas que ofertem a cultura digital no processo ensino aprendizagem; e cumprimento de metas para a valorização da educação municipal.

Pensar o projeto político-pedagógico de uma escola é pensar a escola no conjunto e função social. Se essa reflexão a respeito da escola for realizada de forma participativa por todas as pessoas nela envolvidas, certamente possibilitará a construção de um projeto de escola consistente e possível (VEIGA, 2012, p.57). Conforme a autora cita, se a construção do projeto político pedagógico for construído de forma coletiva e participativa por todos os envolvidos, certamente irá idealizar um projeto de escola possível, resistente e plausível.

O projeto pedagógico deve assegurar a presença da família para refletir sobre o processo educativo, sugerindo, indicando caminhos, questionando, participando da gestão democrática da escola. E isso exige coordenação de forma cooperativa, respeitando as responsabilidades de cada um, pois [...] a família não é convidada da escola, num dia especial do ano, marcado por muita propaganda, mas sujeito ativo do cotidiano escolar e participe de suas decisões e orientações [...] o dia da família na escola é a consagração da prática do espontaneísmo, esvaziando a escola de seu conteúdo pedagógico e diminuindo sua função de construir e socializar o conhecimento e, assim, contribuir para o enriquecimento cultural (VEIGA, 2012, p.62 *apud* CNTE, 2001, p.1). Conforme o autor o projeto pedagógico deve garantir a participação da família para relatar e discutir sobre o processo educativo, fazendo questionamentos, construindo metas e objetivos, participando da gestão democrática da escola, e isso exige liderança, e participação de todos os envolvidos nessa construção (VEIGA, 2012).

É preciso, também, ter presente que as crianças e os adolescentes que frequentam a escola são

peças que, nas suas práticas sociais cotidianas, interagem em processos de comunicação com a cultura e a sociedade, constituindo – se em sujeitos que se desenvolvem psicológica, social e intelectualmente na teia discursiva das relações de poder e saber. Nesse processo aprendem porque atribuem significados e estruturam conceitos (linguísticos, lógico-matemáticos, socioafetivos, espaço-temporais, estéticos, valorativos) que orientam as suas ações no mundo . Essa produção de significados, na perspectiva acima exposta, faz parte da dimensão política inerente a qualquer proposta curricular porque, nos seus efeitos de subjetivação, legitima aquilo que é considerado como verdadeiro ou falso (SANTIAGO, 2012, p.150).O autor confirma que as crianças e adolescentes que comparecem a escola, são pessoas que na sua individualidade de práticas sociais cotidianas , compartilham e interagem em procedimentos de comunicação com a cultura e sociedade ,e que nesse envolvimento de comunicação ,aprendem porque concedem uma troca de conceitos.

A responsabilidade e a autonomia que a escola reivindica da construção de sua proposta político-pedagógica requerem clareza e transparência no planejamento curricular de modo que sua organização e sua sequencialidade formal no espaço – tempo pedagógico (séries, ciclos, etapas) sejam uma consequência da sistematização historicizada do trabalho docente, atendendo às características do grupo que o vivencia (SANTIAGO, 2012, p.155). Em concordância com o autor o compromisso e a independência que a escola tem em sua construção da proposta político-pedagógica, requer compreensão e nitidez no modo de planejamento e organização, atendendo todas as características do grupo que participa dessa idealização.

A implementação de um projeto político pedagógico verdadeiramente revolucionário, fundamentado numa postura crítica em relação ao currículo, precisa ressignificar as formas de administrar os espaços, os tempos, as estruturas, as relações, os registros – enfim, a dinâmica escolar em toda a sua complexidade (SANTIAGO, 2012, p.166).O autor afirma que a construção e implementação de um projeto político-pedagógico, precisa analisar todas as formas de relações na comunidade escolar, fazendo com que sua complexidade seja definida em uma dinâmica escolar.

Um projeto pedagógico com essa abrangência requer, por sua vez, políticas educacionais adequadas, ampliando o domínio de responsabilidade dos educadores na participação e na reivindicação de espaços para atendimento de situações consideradas como exigentes de “necessidades educativas especiais“ para promover a inclusão de todos na escola. As dificuldades, por certo, não serão poucas, já que o poder hegemônico tende sempre – e em qualquer circunstância – a silenciar e a impor. (SANTIAGO, 2012, p.170). O autor afirma que para construção e implementação de um projeto pedagógico não será uma tarefa fácil, pois a participação de todos será um grande desafio, mas que irá proporcionar a inclusão na instituição de ensino.

O processo de construção do projeto político-pedagógico pode contribuir, portanto, para a constituição das identidades dos sujeitos, nas dimensões sociais, éticas e políticas, em uma perspectiva crítica. Obviamente, isso pressupõe uma percepção desse projeto como um instrumento de organização dos sujeitos sociais no interior da instituição escolar e não como documento meramente burocrático, encomendado a terceiros. Essa tarefa é complexa porque ao mesmo tempo em que a escola deve buscar a convergência e a consciência dos interesses dos sujeitos envolvidos na organização de todo trabalho pedagógico ,precisa estimular a participação dos grupos em seu interior , respeitando suas especificidades (SOUZA, 2012,p.235). Conforme o autor apresenta para a construção do projeto político pedagógico é necessário que todos se envolvam e conheçam as singularidades da escola, fazendo com que ela tenha autonomia e liberdade sem que “copie” das outras escolas, apenas para cumprir com a lei, tenham seus projetos e que os docentes coloquem em prática o PPP.

A construção do projeto político-pedagógico deve considerar as singularidades e a participação de todos os sujeitos da escola, potencializando a criatividade, a capacidade reflexiva e a própria dinâmica dos envolvidos.

Essa ideia remete-nos á compreensão de que a relação entre os sujeitos que interagem na perspectiva do pesquisar, do ensinar e do aprender é marcada por situações desafiantes e intrigantes, sendo, portanto, merecedoras de investigação (RESENDE, 2012, p.254).

3 APRECIACÃO DOS DADOS

De início fui na escola apresentar o tema, perguntar como foi essa experiência de construção e implementação e quais foram as maiores dificuldades por não ter um pedagogo à frente desse processo. Principalmente o coordenador pedagógico se comportou de forma bem prestativa e atencioso com minha pesquisa prestando-se em ajudar a qualquer momento. Assim, elaborei um questionário para equipe diretiva e professores a partir dos quais busquei analisar mais a parte pedagógica.

Em seguida, fiz outro questionário para os demais funcionários do colégio, entre eles: merendeira(o), faxineiro (a), guardas, auxiliar administrativo; profissionais que trabalham na instituição no turno da manhã. Esses questionários foram entregues ao coordenador pedagógico, pois principalmente os docentes da instituição trabalham em dias alternados e sendo assim não iria conseguir contato frequente com todos. Estipulei um prazo de 2 (duas) semanas para que ele obtivesse alguma resposta, e teve, mas relatou como já havia dito na experiência de estágio a dificuldade da participação do professores nesse caso ,pois nem todos se prestaram a responder para a colaboração da pesquisa.

3.1. Características gerais da escola

O Colégio Municipal Coronel João Sá está localizada na Rua XV de Novembro, S/N, no Município de Coronel João Sá-BA. Não foi informada a data de sua fundação. Em março de 1996, passou por uma reforma na qual foi acrescentada salas de aula e banheiro, devido ao número crescente de alunos e por também está ocupando salas de outra unidade de ensino. Dez anos depois, em 2006, com a inauguração de um novo prédio para o funcionamento do colégio de ensino médio da cidade, o Colégio Municipal é transferido do prédio ao qual estava para o prédio onde funcionava o antigo Colégio Estadual Santo Antônio, passando a funcionar agora na Rua XV de Novembro, onde se localiza até os dias atuais. É de esfera Municipal, tem 13 salas de aula, 01 sala multimídia (biblioteca e sala de vídeo), 01 sala de informática, 01 refeitório, 01 cozinha, 02 banheiros masculinos e 02 femininos.

A escola possui 42 professores, 05 secretários, 03 guardas e 12 funcionários de serviços gerais, não foi especificado a formação de cada um. A equipe diretiva é formada por um diretor, um coordenador pedagógico e um vice-diretor, ambos com Licenciatura e Especialização em Matemática, porém o coordenador pedagógico já desenvolveu trabalho com formação continuada de professores, com formação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, o que acaba contribuindo para desempenho do cargo. Toda a equipe diretiva assumiu o comando em Janeiro de 2017, onde permanece até os dias atuais por meio de indicação.

A escola tem 754 alunos foi informado a quantidade de alunos por cada ano e sala, mas não foi informado por gênero

3.2. O Projeto Político-Pedagógico: aspectos curriculares/pedagógicos

O PPP encontra-se em fase de construção, iniciado as discussões em 2017, prolongou-se as discussões em 2018, fora feito alguns registros, pesquisas e anotações, porém, ainda não concluído. O colégio possui uma proposta pedagógica que é construir a formação de um futuro cidadão apto à vida social, dando-lhe respaldo com eficácia. Um dos objetivos é trabalhar o aluno de forma diversificada, por exemplo: com apresentações de trabalhos, aulas explicativas e interpretativas, apresentação de dança, jogos educativos, jogos interativos, aulas práticas trabalhos coletivos e individuais.

Além disso, a escola não possui comitê comunitário. O calendário escolar é organizado de acordo com as especificidades do município, seguindo um calendário padrão para todas as escolas da rede municipal, distribuído em 200 dias letivos, contemplando os eventos que ocorrem na instituição, como o São João (Projeto Junino), a feira de conhecimento, a gincana estudantil, a formatura do 9º ano, dentre outros, sendo que ocorrem reuniões de planejamento mensais.

A relação e o diálogo entre toda comunidade escolar ocorre de maneira satisfatória e cada vez mais de forma harmoniosa. A cada evento, a comunidade (família) se faz ainda mais presente e busca participar ativamente do processo. Os estudantes buscam se dedicar cada vez mais e obter êxito. A mobilização pedagógica e formação continuada acontece apenas nos momentos de Atividades Complementares – AC – com discussões que vem a contribuir para a melhoria da educação. A instituição possui uma grande quantidade de material pedagógico, sempre acessível aos mesmos, que nem sempre faz uso deles. Os recursos da escola são recebidos via PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), por meio da caixa escolar, eleita a comissão através de eleição a cada dois anos. Os recursos recebidos são divulgados e planejados seu gasto junto com a caixa escolar, seu conselho deliberativo e fiscal, e divulgados também nas reuniões de pais e/ou professores, prestando conta de tudo que entrou e em que foi aplicado.

3.3. Relatos de observação

Aqui comentarei as observações feitas no estágio (abril de 2019) e durante essa pesquisa. A recepção feita pela direção da escola foi positiva nos apresentando a escola e sua estrutura física e corpo docente. Em seguida, o coordenador pedagógico logo de início nos apresentou o PP(projeto pedagógico) antigo feito em 1999, estruturado da seguinte forma: corpo administrativo, corpo docente, identificação geral, resultados de aprovação, reprovação, evasão, desistência, justificativa, fundamentação teórica, objetivos para alcançar nos próximos anos, metas da unidade escolar entre outros. Além deste, também foi informado que está em construção quase em término um novo PPP (Projeto Político-Pedagógico).

No almoxarifado da escola notamos o quão era organizada e estruturada a escola, vimos cadeira de rodas e muletas que, segundo ao coordenador, todas as escolas devem ter por ser lei para atender alunos com deficiência física, nesse mesmo ambiente tem vários recursos que são disponibilizados para os alunos e professores que precisam. Quanto à estrutura física, as salas contam com câmeras na entrada e saída da escola, cantina, corredor para a entrada dos banheiros femininos e masculinos e também na sala da direção, mas com o áudio desligado. Tal projeto começou a entrar em ação em 2017 e foi feito pela direção e apresentado na Câmara Municipal e foi efetivado com recurso financeiro do caixa escolar. Depois dessa prática, algumas outras escolas aderiram o mesmo projeto com o objetivo de inibir a violência em sala entre os colegas ou até mesmo aos professores, também para ter o controle de destruição de materiais didáticos, materiais escolares como (mesa, carteira, portas da sala, entre outras coisas).

A escola implementa o projeto Mais Educação disponível para quem desejar aulas de reforço em português, matemática, aula de informática, música e capoeira. Conta ainda com nutricionista oferecido pela Secretaria Municipal de Educação e iniciou a primeira semana de aula já com

merenda, além disso, a equipe checa a validade e todo o armazenamento. Outros pontos positivos: a escola já iniciou as aulas com o diário de classe e a direção, em geral, tem atenção com os alunos especiais que existem na escola e procuram até ajuda psicológica para esses alunos que necessitam, cuidado diário com os alunos que faltam por estarem doentes ou por falta de transporte escolar, relação família e escola ativa em reuniões escolares participação dos pais diariamente em relação aos seus filhos. Enfim, a direção dá assistência e atenção aos alunos juntamente com os professores e coordenação pedagógica desde situações comportamentais cotidianas a pedagógicas.

3.4. Observações a partir do Questionário

Este questionário foi destinado à equipe diretiva e aos professores. Nele, apresentamos a seguir as respostas obtidas dos 06 respondentes, a partir das 12 perguntas feitas.

Para a primeira pergunta “A escola tem PPP?”, segundo os profissionais do Colégio Municipal Coronel João Sá que responderam a escola possui sim PPP, mas logo em seguida colocaram uma observação que esse PPP estava em andamento.

À pergunta se “O PPP foi construído de forma coletiva?”, todos os profissionais que responderam o questionário afirmaram que foi construído de forma coletiva.

Sobre como vem sendo construído, perguntamos se “Ocorrem reuniões para análise de acompanhamento do PPP?”. Em relação à essa pergunta todos respondentes afirmaram positivamente que vem ocorrendo reuniões. Ainda sobre essas reuniões, perguntamos se havia a promoção para a participação de toda a comunidade escolar na organização educacional?” De acordo com o que foi respondido através do questionário, todos os profissionais atuantes na escola afirmaram que o PPP promove a participação de toda a comunidade escolar na organização educacional.

Ao perguntar se “O projeto político-pedagógico dar autonomia e contribui com a definição da identidade escolar?”, de acordo com o que foi respondido por todos os profissionais que responderam afirmaram que sim: o PPP dá autonomia e contribui com a definição da identidade escolar.

Sobre a relação da gestão escolar “A elaboração do projeto político pedagógico fortalece a gestão escolar?” foi afirmado positivamente por todos.

Sobre se a “A rotatividade dos professores na escola influencia na operacionalização do PPP e na qualidade de ensino?”, o resultado que obtive através do questionário foi que 4 respondentes afirmaram que a rotatividade dos professores na escola influencia na operacionalização do PPP e na qualidade de ensino, já 2 pessoas afirmaram q isso não acontece.

Quanto à questão “Existem espaços de diálogos, debates, estudos e reflexões no cotidiano escolar?”, os dados que obtive através do questionário dizem que todos que responderam afirmaram que existem sim esses espaços.

Sobre o que “A implementação do PPP pode mudar”, de acordo com os dados que obtive 6 respondentes afirmaram que pode mudar a organização da escola, 5 afirmaram que pode modificar a taxa de evasão e uma não respondeu. Ainda sobre, 3 afirmaram que pode diferenciar a taxa de retenção uma respondeu que não e 2 não responderam; 6 dos delas afirmaram que pode modificar o compromisso dos docentes, 6 acreditam que podem diferenciar o ambiente escolar, 5 que pode mudar com o envolvimento dos pais e uma não respondeu; sobre se pode modificar o índice de aprendizagem dos alunos, 6 afirmaram que sim e 3 concordam que interfere no desempenho da escola nas avaliações em larga escala e 3 não responderam.

Ao questionar se “Os professores estão colocando em prática e seguindo o PPP?”, de acordo com os dados, 5 dos professores responderam que estão colocando em prática e seguindo o PPP e um não respondeu.

Sobre a questão se “Existe gestão democrática em sua escola?”, de acordo com as respostas que obtive, 4 afirmaram que existe gestão democrática na escola, e duas das respondentes afirmaram que não existe gestão democrática na instituição, apesar de todas conhecerem a existência do Conselho Escolar, conforme respostas dadas à questão 11 do questionário. Ainda sobre gestão democrática, foi perguntado se “Você participou da elaboração do PPP desta escola?” Mediante os respondentes, 3 afirmaram que participou ativamente da elaboração e construção do PPP e 3 pessoas responderam que participaram parcialmente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da minha experiência de estágio em Administração Escolar foi que me despertou o interesse em saber mais sobre a construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico e principalmente saber como seria o papel do coordenador pedagógico nessa construção, pois diante das minhas experiências de estágios anteriores como: Docência Em Educação Infantil e Docência No Ensino Fundamental I, nunca tive o acesso e permissão dada pela equipe diretiva em saber como foi a construção e como foi feita sua implementação, sempre era informada que estava em construção e, diante de algumas pesquisas pessoais percebi que os PPP em Coronel João Sá não passam de construções inacabadas. De acordo com a LDB (lei nº 9.394/1996) tornou-se consensual a construção coletiva entre toda a comunidade escolar em especial a equipe diretiva e equipe de docência, tornando-se uma instituição autônoma, coletiva e diversificada, dentro da prática de uma gestão democrática.

Quanto às questões que me nortearam, a partir do que foi observado, tive como resposta para a primeira pergunta- “a formação do coordenador interfere na construção do PPP?” -que o pedagogo enquanto profissional da educação tem um papel fundamental em todo o planejamento escolar, em especial na construção do projeto político pedagógico, pois ele é o principal responsável por mediar práticas pedagógicas, diálogo e interações entre toda a comunidade escolar. A escola onde a pesquisa de campo foi feita, que segundo a equipe diretiva da mesma o PPP está em construção, embora haja pedagogos de formação nenhuma atua em sua área, apesar de colaborarem na elaboração do Projeto Político Pedagógico, bem como a participação de toda a comunidade escolar.

Em relação à segunda pergunta “como se dá a construção de um PPP sem um pedagogo à frente?”. As observações e respostas do questionário informam que essa foi feita de forma colaborativa e participativa como deve ser numa gestão de fundamento democrático na medida que todos os respondentes participaram da construção, mesmo que 3 ativamente e 3 parcialmente, mas participaram.

Quanto à terceira questão, “Como o pedagogo pode contribuir de forma eficaz na construção do PPP?” defendemos essa proposição por ser o pedagogo um profissional qualificado e preparado para entender o PPP em sua essência não só política, mas principalmente pedagógica. Vale salientar que o PPP é a identidade escolar, ele que vai guiar a escola a atingir suas metas, quais caminhos deverão ser seguidos além de ser responsável por todas as especificidades da escola, tal como autonomia, gestão democrática, entre outros.

Assim, o Pedagogo deve ter como expertise trabalhar em ação coletiva, considerando diferentes dimensões da sociedade para promover a construção da identidade da escola considerando as singularidades dos envolvidos para efetivar a missão da escola com fins de transformar para melhor a comunidade em que a mesma está inserida.

Cada profissional da educação na escola está inserido em seu contexto de trabalho específico que, apesar de dialogar com todas as outras dimensões da escola, vincula-se diretamente aos seus objetivos de trabalho. O professor na sala de aula com objetivos voltados para o processo de ensino-aprendizagem; o diretor, para além do trabalho entre o administrativo escolar, também político-educacional quando é a ponte entre órgãos de educação municipal, estadual e federal. Diante destes, está o coordenador pedagógico que é responsável em articular todos os membros da comunidade escolar para o sucesso do objetivo da escola. Sendo o coordenador pedagógico um pedagogo, este deverá colocar em prática o principal objetivo da Pedagogia, conforme Libâneo (2005), qual seja, preocupar-se com a formação dos indivíduos e suas intenções, visando prepará-los para a vida social e assim cumprir seu papel para a melhoria da educação em sociedade.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO Conselho Pleno. Disponível em Acesso em : 27 abr. 2019

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Estágio e docência**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PORTAL EDUCAÇÃO. Disponível em:
res-o-cras-como-campo-de-desenvolvimento/21349> Acesso em 29 abr. 2019

REZENDE, Lucia Maria Gonçalves. O sujeito reflexivo no espaço da construção do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. et. al. **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2012.

SANTIAGO, Ana Rosa Fontella. Projeto Político-Pedagógico e Organização Curricular: desafios de um novo paradigma. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro et al. **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2012.

SOUZA, José Vieira. A Identidade do sujeito social, ético e político e o projeto Político-Pedagógico da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. et. al **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2012. p

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. Campinas: Papyrus, 2012.

* Pedagoga formada pela Faculdade do Nordeste da Bahia (FANEBA).

** Doutora em Educação (UFS); Professora orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso que deu origem a este artigo; Líder do Paidéia Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação da FANEBA; Pesquisadora do NEPERES – Núcleo De Estudos e Pesquisas sobre Relação com o Saber do EDUCON/CNPq/UFS.